

“ DEFENDEMOS A ELEIÇÃO DIRETA DOS SUBPREFEITOS
E DOS CONSELHOS DE REPRESENTANTES ”

“ NOSSA PROPOSTA É ANULAR O PAS,
RETOMAR O SUS E FAZER UMA DEVASSA
NAS CONTAS DA SAÚDE ”

“ É PRECISO SUSPENDER O PAGAMENTO DA DÍVIDA
DO MUNICÍPIO E IMPLANTAR O IPTU PROGRESSIVO ”

FÁBIO BOSCO

35 anos, técnico de informática, trabalha há 15 anos no Banespa. Começou a militar no movimento estudantil, em 1980. É membro licenciado da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp) e do Conselho de Representação do banco, bem como da Federação dos Bancários, filiada à CUT. Fundador do PSTU em 1994 e atual presidente do diretório municipal do partido, foi candidato a deputado estadual em 1998.



Planejamento, Administração e Finanças

Tão importante quanto o quê se pretende fazer, é o como se pretende fazer. O PSTU defende a adoção de políticas de planejamento urbano coordenadas com os demais municípios da Grande São Paulo, *definidas democraticamente em conselhos populares eleitos em cada bairro pela população trabalhadora, sindicatos e estudantes*, e centralizados em um único conselho popular municipal. Órgãos mais ágeis, apoiados na realização de assembleias de moradores em cada bairro, vila e favela da cidade, apoiados nas centenas de associações de moradores, sindicatos e outras organizações: sem burocracia profissional, com representantes que poderão ser destituídos sempre que seu voto não corresponda à vontade dos representados.

Este conselho deve ter amplos poderes de fiscalização sobre os negócios da Prefeitura, sobre a arrecadação de impostos das empresas e dos grandes proprietários urbanos, e poder de decisão sobre 100% do orçamento. Esta proposta inclui a regulamentação das subprefeituras e dos conselhos de representantes, previstos na LOM. Defendemos a eleição direta dos subprefeitos e dos conselhos de representantes.

As formas e órgãos do regime democrático republicano estão em colapso no Brasil. O sistema de divisão em três poderes demonstrou-se incapaz de exercer controle mútuo das instituições: executivo, legislativo e judiciário competem entre si, sem que se possa saber qual entre os três é o mais corrupto. O atual regime só se sustenta em função de dois poderes ocultos: o monitoramento externo do Brasil feito pelo Fundo Monetário Internacional e as pouco mais de 300 empresas que controlam a economia brasileira. A atual Câmara Municipal é um órgão apodrecido ao serviço do que existe de mais corrupto e inescrupuloso na nossa cidade, e demonstrou até à exaustão que foi, é e será incapaz de fiscalizar e controlar a Prefeitura, seja quem for o eleito em outubro. A maioria esmagadora dos atuais vereadores representa interesses empresariais escusos.

Medidas que estabeleçam um rigoroso controle sobre essa “esbórnica” promíscua de interesses são positivas (como a proibição do financiamento eleitoral pelas empresas), mas incapazes de resolver o problema de fundo. O PSTU defende a necessidade de se começar a implantar em São Paulo formas de democracia direta

que garantam um controle da maioria trabalhadora sobre a Prefeitura e sobre a Câmara Municipal.

Defendemos a adoção do princípio da progressividade na contribuição do IPTU, agora incluído na projeto de lei de vinculação de verbas do orçamento da união, estados e municípios para a saúde pública. Defendemos o fim da isenção para espaços privados utilizados pela elite paulista como clubes esportivos, Jockey Clube etc.

Saúde Pública

Seis anos de FHC/Covas e oito de malufismo desfiguraram a saúde pública. O governo federal segue diretrizes do Consenso de Washington, desobrigando o Estado de prover serviços de saúde para toda a população, abrindo espaço e incentivando grupos econômicos privados. Doenças erradicadas como dengue, tuberculose e cólera retornam, e o atendimento, com exceções como a assistência aos portadores de HIV, é precário. Maluf privatizou a saúde municipal com o PAS, que o PSTU foi o primeiro partido a denunciar. Superfaturamento de remédios, não cumprimento de obrigações trabalhistas, não recolhimento de impostos, desvio de verbas mostram que a privatização da saúde, seja ampla como no PAS, seja na forma de parcerias com organizações sociais, ou terceirizações e convênios, transformam a saúde em mercadoria, e saúde não rima com lucro.

1. c) Percentual do orçamento. A chave do problema está no financiamento e nas condições de vida. Há poucos dias, o Congresso Nacional votou a vinculação de verbas para a saúde, o que elevará o total do financiamento da saúde pública da União, Estados e municípios dos atuais R\$ 33 bilhões para R\$ 40 bilhões em cinco anos. Este montante não atinge o valor de R\$ 20,00 por habitante por mês, e portanto não haverá saúde pública de qualidade para todos. É necessário dobrar este valor, e há recursos para isto. A União pagou US\$ 67 bilhões de dívida externa em 1999, mas despendeu somente cerca de R\$ 20 bilhões em saúde.

3. PAS x SUS. No município a proposta do PSTU é anular o PAS/SIMS, e retomar o SUS, com uma devassa nas contas da saúde para erradicar a corrupção, e com a ampliação do financiamento à saúde através da suspensão do pagamento da dívida do município, de R\$ 800 milhões por ano. É necessário combinar a ampliação do financiamento com a melhoria de condições primárias

como alimentação, higiene, moradia, que só serão resolvidas com o fim do desemprego e dos salários baixos, e com campanhas públicas adequadas.

A gestão do sistema deve ser definida pelos usuários, trabalhadores da saúde e especialistas, na forma do Conselho Municipal de Saúde. A introdução ou fortalecimento de políticas específicas como saúde no trabalho (CRSTs), adolescência e terceira idade, negros (inclusão do item raça no prontuário médico e políticas específicas para doenças com maior incidência como a anemia falciforme e a hipertensão) e mulheres devem ser definidas também pelo CMS. A fiscalização dos recursos e da qualidade dos serviços deve ser feita pelo CMS e por conselhos populares formados em cada hospital e posto de saúde, que devem eleger os administradores.

Por fim, o PSTU defende a legalização do aborto, que se tornou um problema de saúde pública que, por não dar votos, não é discutido nas eleições. As estimativas apontam para 1,5 milhão de abortos por ano com 150 mil mulheres mortas ou com seqüelas graves devido à realização do aborto em condições sub-humanas. Não defendemos a legalização como forma de contracepção, pois é agressivo à saúde da mulher e existem métodos mais adequados. Defendemos a introdução de educação sexual nas escolas, orientação sexual nos postos de saúde com disponibilização ampla e gratuita de métodos contraceptivos, assistência do poder público para as mães através de assistência à saúde materna e a ampliação da rede de creches e escolas públicas gratuitas e de qualidade. O aborto já é realizado pelo setor privado, que auferir altos lucros com ele. A maioria das mulheres que realiza aborto em condições sub-humanas são jovens pobres. É preciso acabar com este genocídio.

Habitação

1. Política habitacional. 5,5 milhões de paulistanos vivem em moradias irregulares, em um quadro caótico de falta de planejamento e de investimento na habitação. O projeto Cingapura é insignificante perante a demanda de moradia popular. Foi uma iniciativa demagógica e eleitoreira do malufismo, que favoreceu empreiteiras em obras superfaturadas. Já os investimentos do governo do Estado de São Paulo através do CDHU estão sob investigação do Ministério Público, e o então presidente Goro

Hama está com os bens indisponíveis, apesar de contar com total apoio do governador Covas e do candidato a prefeito, Geraldo Alckmin.

É necessária uma intervenção planejada do poder público que deve ser definida democraticamente em conselhos populares eleitos pela população trabalhadora, com apoio técnico de órgãos de planejamento urbano. São eles que devem definir se, caso a caso, serão organizados mutirões, verticalização/urbanização de favelas, requalificação de edifícios nas regiões centrais etc. Além de planejar o desenvolvimento urbano em consonância com a defesa do meio ambiente.

A obrigação do poder público é prover os recursos necessários para a execução das metas definidas nos conselhos populares. Os recursos devem vir do próprio orçamento do município, Estado e União, bem como financiamento dos bancos estatais. O orçamento do município está esgotado e o PSTU defende três medidas para ampliá-lo: suspensão do pagamento da dívida do município, que drena R\$ 800 milhões anuais dos cofres públicos para pagar banqueiros e empreiteiras, e que foi constituída na sua maior parte a partir da emissão irregular de R\$ 7 bilhões de títulos para pagar precatórios e dos juros astronômicos; combate à corrupção, com devassa nas contas do município, cadeia e confisco dos bens de corruptos e corruptores, para ressarcir o município; implantação do IPTU progressivo, que além de penalizar os grandes proprietários urbanos pode servir de instrumento de planejamento urbano.

Transporte Coletivo e meio ambiente

Em qualquer região metropolitana, o transporte precisa ser planejado de forma integrada, pois o deslocamento das pessoas independe das fronteiras políticas das cidades. Por isso defendemos a existência de um organismo de planejamento que abranja as diversas cidades da região metropolitana de São Paulo e o Estado. A Emplasa, embora tenha desenvolvido algumas metas gerais, não consegue cumprir esse papel. O centro do problema são as premissas pelas quais se executam os projetos que são determinados pelo interesse privado dos setores burgueses e não pelo interesse coletivo da população.

O transporte é um serviço essencial e portanto deve ser estatal e subsidiado. O projeto de Tarifa Zero, abandonado por Erundina e pelo PT, pode dar uma solução para o

problema. A qualidade de vida da população em São Paulo, em particular dos trabalhadores, é extremamente agravada pela situação do transporte. Segundo Pesquisa Origem-Destino do próprio governo estadual, das 30 milhões de viagens realizadas diariamente na região metropolitana 1/3 são por transporte individual, 1/3 por coletivo e 1/3 são realizadas a pé. Milhões de pessoas são forçadas a se deslocarem a pé todos os dias seja pelo alto custo da tarifa ou pela insuficiência do transporte.

A situação caótica do transporte coletivo e as tarifas absurdas são o pano de fundo destes dados. Isso leva a que as pessoas percam de duas a três horas diariamente no seu traslado e um enorme gasto em combustível (calcula-se um prejuízo de R\$ 15 bilhões anuais). Enquanto isso os responsáveis por esse desespero (governantes e grandes empresários) se deslocam pelos ares na cidade que tem a segunda maior frota de helicópteros do mundo.

Para resolver o caos do transporte de São Paulo propomos:

Reconstrução da CMTC. Que a Prefeitura recrie a CMTC e encampe todas as empresas de ônibus (estatização).

Criação de um Fundo de Transporte, que serviria para subsidiar o transporte e seria financiado pelos empresários (indústria, comércio e bancos), pois são os que lucram com o deslocamento das pessoas na cidade.

Implantação da Tarifa Social, garantida pelo Fundo de Transporte, com valor que não ultrapasse 6% do salário mínimo de gasto mensal (60 viagens). Hoje esse valor seria de R\$ 0,15 por passagem.

Passes gratuitos para estudantes e desempregados.

Lutar pela incorporação da CPTM ao Metrô, criando uma empresa única que garanta a integração, funcionamento e planejamento comum às linhas hoje separadas em trem/metrô.

Investimento no Sistema Metroviário: numa metrópole como São Paulo, é fundamental um meio de transporte de massa, como o metroferroviário.

Legalização do transporte alternativo: legalizar os perueiros, realizando planejamento da integração destes com o transporte de massas (ônibus e metrô/ferrovia).

Reposição das perdas salariais: repor os salários e os direitos tirados dos trabalhadores no transporte e outros serviços públicos.

Emprego, Desenvolvimento e Segurança

As causas primárias da violência são a miséria, o desemprego e a impunidade dos ricos e governantes. O desemprego atinge 1,7 milhões de trabalhadores na Grande São Paulo. O salário mínimo de R\$ 151,00 não garante a sobrevivência de um ser humano. A falta de escolas, postos de saúde e centros esportivos nos bairros periféricos abre caminho para uma única forma de sobrevivência: a criminalidade. Mais polícia, como propõe a maioria dos candidatos, não resolve. A maior contribuição que o prefeito pode dar é liderar uma campanha nacional pelo fim do desemprego e por salários dignos, com medidas enérgicas como:

- redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários, que pode gerar oito milhões de postos de trabalho em todo o país;
- reforma agrária que pode assentar milhões de famílias no campo para produzir alimentos baratos;
- fim das privatizações que só geram desemprego, serviços piores e tarifas mais altas;
- plano de obras públicas essenciais como escolas, postos de saúde, urbanização de favelas, moradia popular, prevenção de enchentes;
- apoio às campanhas salariais, fiscalização do trabalho precário e campanha em defesa do salário mínimo real estabelecido pelo Dieese.

Propostas de Maria Cristina Cacciamali. No município de São Paulo é necessário um Plano de Obras Públicas essenciais para a população trabalhadora, que gera empregos e garante infraestrutura pública nos bairros periféricos. Para financiar este plano é necessário suspender o pagamento da dívida do município. Além disso, seria interessante incluir como pré-requisito para participar nas licitações municipais as exigências de jornada máxima de 36 horas semanais, salários dignos, quantidade de trabalhadores negros proporcional à população (em São Paulo cerca de um terço da população é negra).

Guarda Civil Metropolitana. A GCM tem sido utilizada pelo malufismo para agredir ambulantes e perueiros. O PSTU defende a extinção da GCM com o realocamento de seu efetivo para garantir segurança patrimonial e dos usuários de escolas, postos de saúde, e demais edifícios públicos municipais. Esse efetivo deverá atuar subordinado às diretrizes da comunidade escolar, do conselho de usuários e servidores dos postos de saúde etc.

O Plano Nacional de Segurança, e em particular o programa de desarmamento, são demagógicos. O narco-tráfico e o crime organizado já adquirem seu armamento, que é de ponta, de forma ilegal, particularmente através de contrabando. Os banqueiros e grandes empresários continuarão com suas fortalezas fortemente armadas. Só a população trabalhadora é que será desarmada. Isto não é solução. Precisamos garantir a autodefesa da população através de Grupos de Autoproteção Comunitária, controlados pelos sindicatos, associações de bairro e/ou favelas, movimento pela moradia, etc. Por último, defendemos a implantação de um Conselho Municipal de Segurança formado por sindicatos, associações de bairro, OAB, entidades de direitos humanos, a quem estariam subordinadas as polícias e os Grupos de Autoproteção Comunitárias.

Educação

Para apresentar propostas para a educação pública no nosso município é necessário fazer um diagnóstico das reformas que vêm do Palácio do Planalto, e que são decididas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Nas universidades, a idéia é acabar com o ensino gratuito, e oferecer um ensino medíocre para a maioria dos jovens, para adestrar mão de obra barata para os grandes grupos econômicos.

No ensino médio, a secretária de Educação de São Paulo, Rose Neubauer, quer, a partir de 2001, passar 25% da carga horária para o setor privado, e reduzir as disciplinas oferecidas pelo setor público. Ou seja, rebaixar a qualidade do ensino, baratear custos com a demissão de professores, e o fim da gratuidade do ensino. No ensino fundamental a lógica é a mesma. As metas de redução de custos e rebaixamento da qualidade do ensino são cumpridas seja pela redução da rede escolar, fechamento de escolas, turnos ou salas de aula, seja pela ampliação da jornada do professor e superlotação das salas de aula. O Fundef não provê recursos necessários para uma educação pública de qualidade.

O caos é a educação infantil. A rede é totalmente insuficiente. Dois terços das crianças de 3 a 6 anos e 11 meses não têm vagas. O número de creches é ridículo, sendo várias conveniadas. Isto afeta as famílias da classe trabalhadora, que não têm onde deixar os filhos.

Uns ficam trancados em casa, outros largados nas ruas, outros com os filhos mais velhos. A solução são os investimentos. Não há qualquer proposta pedagógica que possa superar a falta de recursos materiais e humanos. A grande discussão da educação pública não é se adotaremos a cartilha Caminho Suave ou o construtivismo. Isto os educadores, a comunidade escolar e os especialistas têm que ter autonomia para debater, experimentar e decidir. Não é papel do Estado interferir na autonomia pedagógica. O papel do Estado é garantir o financiamento da Educação. Isto nos leva a três problemas fundamentais:

1) O calote de 81% que Maluf aplicou nos servidores municipais em fevereiro de 1995, e cuja reposição cerca de quatro mil professores já conquistaram na justiça, tem que ser regularizado. O compromisso do futuro prefeito deve ser de lutar pelas verbas necessárias para pagar os 81% de imediato, e abrir negociação com o Sinpeem e o Sindicato dos Servidores Municipais sobre os atrasados desde fevereiro de 1995.

2) Os 30% do orçamento para a educação pública. Isto é lei. Todo candidato tem a obrigação legal de cumprir este dispositivo sem incluir os aposentados, como fez Pitta, ou o Zoológico, como fez Covas.

3) A superlotação, a falta de vagas na educação infantil, só podem ser combatidas com um plano de obras públicas, para construir escolas e salas de aula. Há estimativas que apontam a necessidade de triplicar o número de crianças atendidas pelas Emeis. Ou seja, aproximadamente triplicar a rede com a construção de mil novas escolas. É possível gastar R\$ 300 mil por escola, totalizando R\$ 300 milhões. Hoje gasta-se R\$ 800 milhões com a dívida do município.

Defendemos uma devassa nas contas do município. *O PSTU propõe cadeia e confisco de bens para todos os corruptos e corruptores.* Para concluir, não há solução para a educação no município de São Paulo, nem qualquer outra grande necessidade, sem acabarmos com o governo Fernando Henrique e Mário Covas. O caos da educação não tem a ver somente com a roubalheira malufista. Tem a ver também com políticas do Banco Mundial e do FMI para transformar nosso país numa colônia geradora de lucros para grandes grupos econômicos. Por isso o PSTU defende o Fora Covas, FHC e o FMI.